Meio ambiente

Propostas para parque ecológico em Guarapiranga

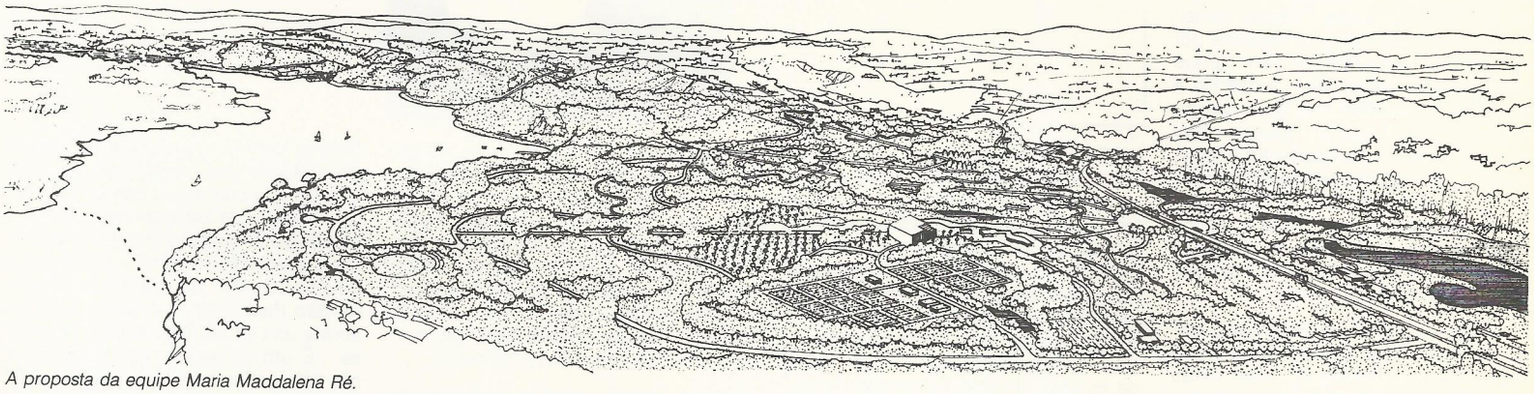
As equipes coordenadas pelos arquitetos Carlos Maximiliano Fayet, do Rio Grande do Sul, Rosa Kliass e Maria Maddalena Ré, ambas de São Paulo, foram as vencedoras da primeira fase do Concurso Nacional de Idéias para o Parque Ecológico de Guarapiranga.

Agora em março, o júri escolherá a proposta de intervenção para essa área de 330 ha, na margem esquerda da represa de Guarapiranga, em São Paulo.

As propostas expressam as diferentes tendências e concepções do que seja um parque ecológico. "Uma das idéias do concurso foi a de discutir o conceito de parque ecológico", diz o arquiteto consultor do certame, José Carlos Ribeiro de Almeida. "Sua definição está no meio-termo entre parque urbano e natural", explica.

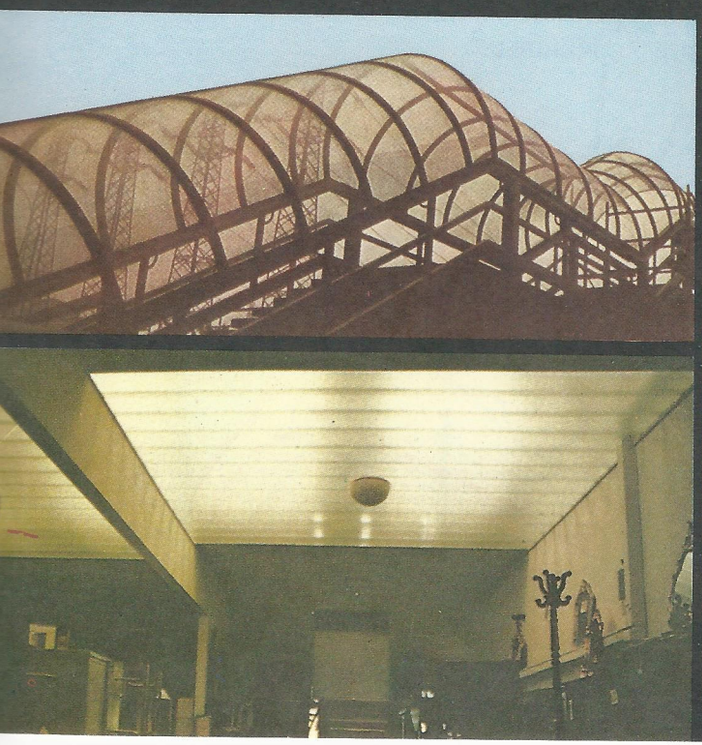
A equipe de Carlos Fayet propõe a restauração de 90% da área, acreditando que, em um parque com atividades voltadas à ecologia, não fazem sentido intervenções drásticas para adulterar a paisagem original. São sugeridos o bloqueio de estradas existentes, barreiras de comodatos contra a ocupação urbana e controle do acesso às áreas verdes. A margem da represa já comprometida pela ocupação urbana será destinada às atividades de lazer. Nesse espaço serão construídos um auditório, prédio administrativo, *playground*, balneário, salas de exposições e viveiros.

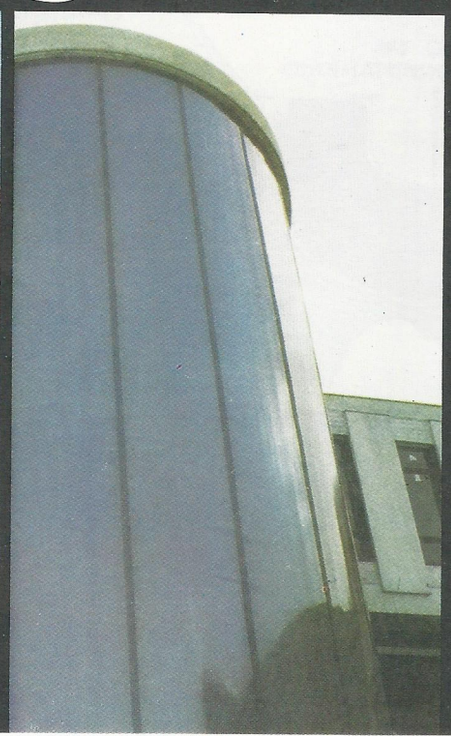
O trabalho de Maria Maddalena Ré fez um vasto levantamento da área, apontando as características peculiares da fauna e flora, os locais de revestimento florestal descontínuo, de reflorestamento etc. Como intervenções, são propostas diversas trilhas, como de interpretação e de pedestres, além de mirantes, bosques e uma trilha de passadiço sobre a várzea. No vale do Piraporinha haverá uma praia artificial. As medidas para o cuidado com a natureza incluem o desassoreamento do rio Piraporinha, a reserva de vegetações características, a proteção e o enriquecimento das vegetações locais, um centro de apoio para alimentação e pesquisa da fauna e



A proposta da equipe Maria Maddalena Ré.

Com Macrolux® seu projeto ganha em luminosidade, leveza e segurança.





Na construção civil as chapas de policarbonato MACROLUX, Compact e Alveolar, substituem o vidro com vantagens: têm alta resistência a impactos, não quebram, são extremamente leves e têm elevada transparência à luz.
Além disso, não sofrem a ação do tempo, não perdem a cor, são atóxicas e auto-extinguíveis. Com MACROLUX o seu projeto também ganha em economia: custam muito menos do que o vidro e têm garantia de 10 anos. Consulte a Replaex.

Macrolux®
O policarbonato em chapas

Replaex
Resinas Plásticas Extrudadas Ltda.
Estrada dos Bandeirantes, 2265
Tel.: (021) 342-2129
Fax: (021) 342-2287
Rio de Janeiro

SIM 38118

Artec Publicidade

flora e o acesso controlado à várzea do Embu-Mirim.

Nas áreas próximas às comunidades, espaços de lazer serão criados para compensar o "fechamento" da várzea. Programas com moradores serão instituídos para auxiliar a alimentação e proteção da fauna e controlar os processos erosivos nos loteamentos próximos. Será reservada uma parte da mata já deteriorada como exemplo de situação de desequilíbrio ambiental.

A intervenção em toda a área do parque e a criação de vários espaços para o uso público constituem as características básicas do projeto da equipe de Rosa Kliass. O parque foi dividido em três grandes partes. Para a primeira, caracterizada topograficamente por um espigão, propõem-se um parque aquático com lagos para pedalinho e balneário e tratamento da água do córrego do Piraporinha. Um parque urbano, com espaços de recreação e lazer, um parque rural, denominado Fazendinha, com horta, pomar, celeiros e atividades eqüestres, e um viveiro completam essa área. Um centro de recepção preparará os visitantes para entrarem nos demais locais do parque.

Na segunda parte, caracterizada por colinas e encostas, existem áreas de interface com a população local, onde haverá escolas semiprofissionalizantes, centro recreacional, de estudos ambientais e de pesquisa de reflorestamento e praça comunitária. A terceira área, a da várzea, contará com uma lagoa para regular as condições de fauna e flora, um centro de repovoamento de fauna, um museu da várzea e um arboreto.

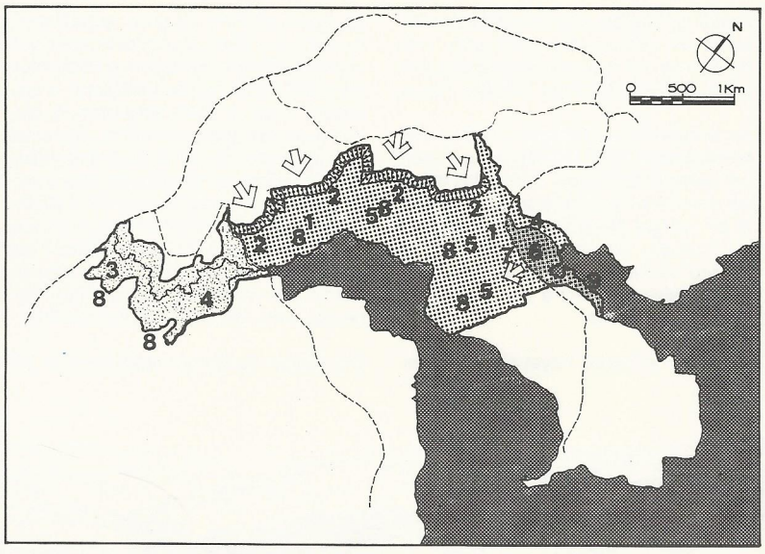
SOS Mananciais

Ao lado de trechos de mata nativa e áreas de reflorestamento que ainda restam na região, os 630 km² da bacia do Guarapiranga abrigam bairros imensos formados em locais sujeitos à lei de proteção aos mananciais. São favelas, loteamentos clandestinos e casas de campo que lançam seus esgotos em rios que desembocam diretamente na represa de Guarapiranga - o segundo maior reservatório de água da Grande São Paulo. Nos últimos meses, os danos provocados pelo elevado índice de poluição levaram à criação, em janeiro passado, de um grupo especial que estuda formas de impedir novas ocupações de terra, além de medidas para diagnosticar as áreas passíveis de urbanização.

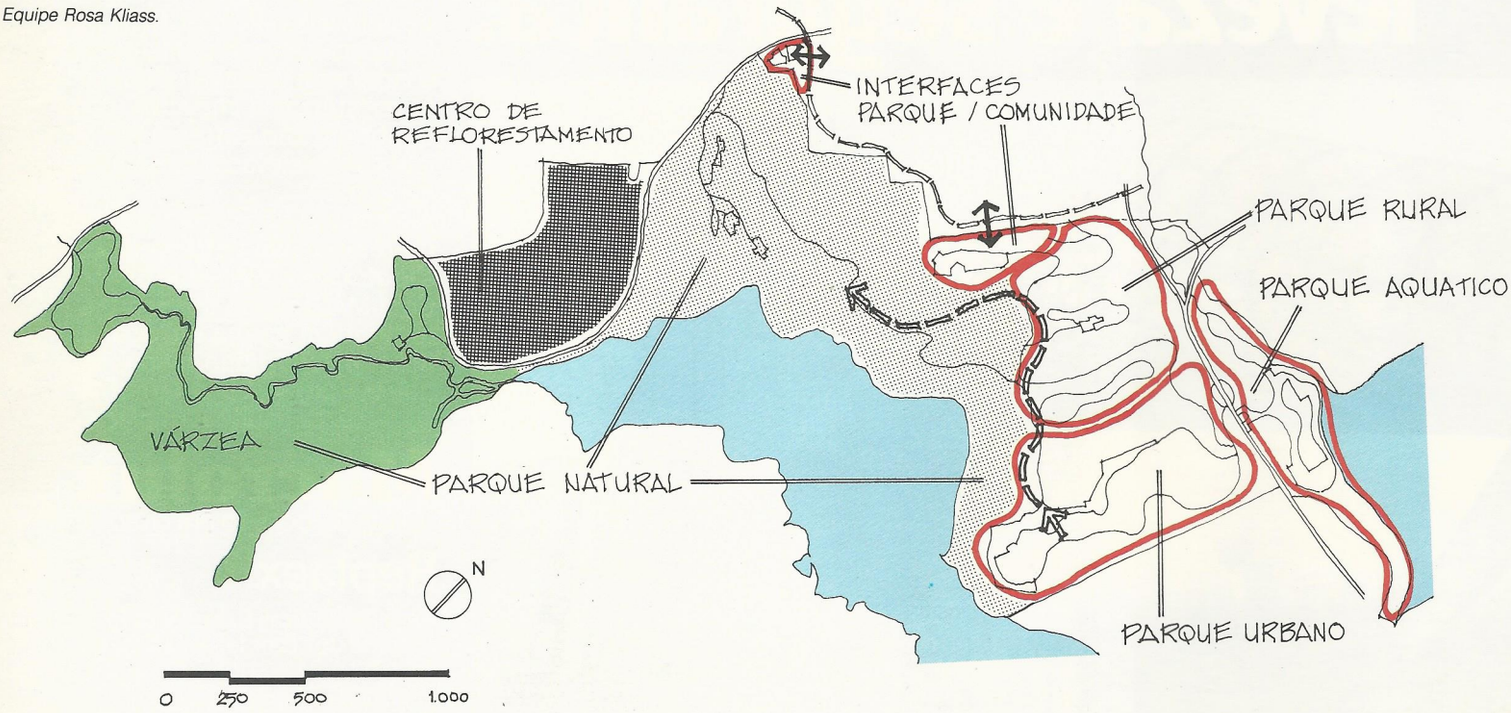
Desde o início de fevereiro, 22 fiscais, entre eles engenheiros e tecnólogos, percorrem diariamente, inclusive sábados, domingos e feriados - quando ocorre o maior número de ocupações -, a área da bacia do Guarapiranga. Eles receberam treinamento para orientar as pessoas que eventualmente estiverem cometendo infrações como a execução de desmatamento ou ocupação de terras. "Se houver resistência, os fiscais receberão apoio das polícias militar e florestal", afirma Arnaldo Goldman, diretor de operações da Sabesp. Para facilitar a ação, o grupo terá sua base na própria região de Guarapiranga, num posto de manutenção da empresa.

Como a questão envolve órgãos municipais e estaduais, o grupo especial, chamado SOS Mananciais, é formado por técnicos das secretarias municipais de Habitação e de Administrações Regionais, estadual de Habitação e Desenvolvimento Urbano e de órgãos estaduais como a Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo (Emplasa), Companhia Estadual de Tecnologia e Saneamento Básico (Cetesb), Eletropaulo e Sabesp, além das polícias estaduais militar e florestal.

Mesmo com o respaldo da legislação de proteção aos mananciais, o poder público não conseguiu, até agora, conter a invasão de áreas da bacia do Guarapiranga. A situação chegou a tal ponto, que no mês de janeiro a Curadoria do Consumidor do Ministério Público de São Paulo abriu inquérito civil para apurar as causas da poluição da represa. "É um procedimento de investigação de natureza administrativa", afirma a promotora de Justiça Parisina Lopes Zeigler, que preside o inquérito. Mas poderá culminar em abertura de ação civil pública. "O que se pretende é a obtenção de um compromisso da administração pública para adotar as providências que o inquérito apontar como necessárias", afirma. O inquérito contará com relatórios de órgãos como o Instituto Adolfo Lutz, Cetesb, Sabesp e Centro de Vigilância Sanitária.



Propostas e recomendações de Carlos Fayet.

1. *bloqueio de estradas e travessias*
2. *barreiras de comodatos para as hortas*
3. *tratamento complementar das águas*
4. *preservação das várzeas*
5. *recuperação do solo e áreas verdes degradadas*
6. *área de uso intenso*
7. *controle de acesso ao parque*
8. *torres de vigilância*
9. *área de lazer e balneários*

Equipe Rosa Kliass.